



UNIVERSIDADES DE CLASSE MUNDIAL – CONSENSOS E DIVERGÊNCIAS

M. Azancot de Menezes¹

RESUMO: Os países defensores das Universidades de Classe Mundial consideram que os *rankings* universitários internacionais são fundamentais para avaliar o desempenho das suas instituições e úteis para demonstrar às famílias, às empresas e à sociedade em geral, a qualidade da oferta educativa, a sua produção científica e a reputação dos seus pesquisadores. Estas constatações, com tendência crescente, têm contribuído para o surgimento de vários tipos de rankings, com base em critérios distintos, havendo organizações internacionais, como o Banco Mundial, a difundir o conceito de Universidade de classe mundial, associado às políticas neoliberais, uma situação que tem suscitado debate e controvérsia, gerando consensos e divergências. Com este ensaio pretende-se discutir os principais indicadores de avaliação dos rankings internacionais inerentes às Universidades de Classe Mundial, problematizando em torno dos critérios adotados nesses rankings, por valorizarem em demasia aspetos ligados à produção científica e a outros indicadores das ciências duras, numa perspetiva quantitativa, economicista, desvalorizando outros parâmetros de avaliação, qualitativos, em subestimação das ciências humanas, penalizando as universidades dos países do hemisfério sul, menos industrializados e mais vulneráveis à globalização económica.

Palavras-chave: *Rankings* universitários; Universidade de classe mundial; Critérios de avaliação das universidades.

World-Class Universities – Consensuses and Divergences

ABSTRACT: Countries that advocate for World-Class Universities consider international university rankings essential for evaluating the performance of their institutions and useful for demonstrating to families, businesses, and society in general the quality of educational offerings, their scientific output, and the reputation of their researchers. These observations, which are increasingly prevalent, have contributed to the emergence of various types of rankings based on different criteria, with international organizations, such as the World Bank, promoting the concept of World-Class University associated with neoliberal policies, a situation that has sparked debate and controversy, generating both consensus and disagreements. This essay aims to discuss the main evaluation indicators of international rankings related to World-Class Universities, problematizing the criteria adopted in these rankings for overvaluing aspects related to scientific production and other indicators of the hard sciences from a quantitative, economic perspective, while undervaluing other qualitative evaluation parameters, underestimating the humanities, and penalizing universities in countries of the southern hemisphere, which are less industrialized and more vulnerable to economic globalization.

Keywords: University rankings; World-Class University; University evaluation criteria.

¹ Diretor e Investigador do Centro de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Díli (UNDIL); <https://orcid.org/0000-0003-3560-611X>. E-mail: azancotdemenezes@yahoo.com.br.

Introdução

A significância das Universidades de Classe Mundial (UCM) resulta da promoção implementada por alguns organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, entre outros grupos económicos. Os defensores deste modelo associam a UCM à excelência, utilizando como fundamentação as lógicas de mercantilização da educação e os interesses privados, como explica Thiengo (2018):

A hipótese central é a de que o modelo de UCM é utilizado pelos agentes sociais de decisão como um arquétipo com o qual se induz à competitividade internacional e eleva-se ao paroxismo a diferenciação/hierarquização entre as universidades bem como no interior destas, a partir de áreas estratégicas em diferentes escalas. Nessa corrida pela excelência está a necessidade de o capital garantir que o trabalho tradicionalmente realizado nos países mais avançados seja feito de forma qualificada e flexível também nos países emergentes visando a maximização dos lucros (s.p.).

Devido ao protagonismo crescente deste paradigma de universidade e atendendo ao impacto dos *rankings* internacionais junto das sociedades, considera-se de grande pertinência e interesse debater os critérios usados por alguns dos *rankings* internacionais mais referidos nos meios de comunicação social, conhecendo as suas principais características e indicadores, os pontos fortes e as fragilidades, para que estudantes, famílias, governos e sociedade em geral possam interpretar e analisar os *rankings* académicos e a polissemia do conceito de universidades de classe mundial, como sendo o modelo de universidade de excelência.

Note-se que, em contraposição às UCM, está a emergir o conceito de “Universidade Glocal”, entendido como aquela que “promove a interação entre a visão global e os impactos locais das suas atividades (Grau, 2014, citado por Gimenez e Bonacelli, 2019, p.2), um paradigma mais aceitável nos países menos desenvolvidos e que tem sido defendido pelos académicos que valorizam a cooperação local, o ensino e extensão, sem descurar a globalização. A ideia central que trespassa deste outro modelo de universidade é que deve ser uma organização com múltiplas dimensões, complexa, e que não pode estar alheia do resto da sociedade porque inclui múltiplos protagonistas.

Os *rankings*, segundo Enserink (2007), citado por Vanz (2018) foram inventados, em 1983, pela revista U.S. News & Words Reports, com o



“objetivo de incentivar as matrículas nas universidades mais prestigiadas, no entanto, a classificação das universidades é antiga – data de 1870” (p. 83).

Nesta reflexão, pretende-se identificar alguns *rankings* que estão associados à universidade de classe mundial, os seus indicadores, qualitativos e quantitativos, tentando-se revelar as vantagens e desvantagens de cada um. Com estes pressupostos, considerou-se que os *rankings* mais conhecidos associados às universidades de classe mundial são o “The Times Higher Education (THE)”², o “QS University Ranking”³, o “Ranking de Shanghai”⁴ e o “Leiden Ranking”⁵, mas, admitindo-se sempre que o conceito de uma universidade de classe mundial é polémico, ambíguo, sendo definido em função dos contextos em análise.

OS PARÂMETROS DE ANÁLISE DOS *RANKINGS* INTERNACIONAIS

Os *rankings* internacionais académicos estão, cada vez mais, a ser um instrumento dos gestores universitários para cativar estudantes, docentes e investigadores com o fundamento de que a boa posição nos *rankings* contribui para o prestígio e a visibilidade não só da instituição como dos estudantes, docentes e investigadores.

O *Ranking de Shanghai*, em 2003, foi um dos principais *rankings* a chamar a atenção aos estabelecimentos de ensino superior e aos governos, principalmente aos governos dos países tecnologicamente mais desenvolvidos e que adotam modelos económicos baseados na economia capitalista e no neoliberalismo, tendo contribuído para o crescimento de outros *rankings* universitários internacionais, como os quatro acima descritos, sendo o Leiden Ranking aquele que defende critérios de análise qualitativos.

Uma das principais críticas aos *rankings* universitários internacionais associados às universidades de classe mundial (também apelidadas de Universidades de Excelência) é que aplicam os mesmos indicadores de análise para medição de instituições de ensino muito diferentes, secundarizando a complexidade das universidades por terem planos de desenvolvimento institucional distintos, portanto, com valores e princípios norteadores de atuação baseados em contextos sociais, culturais, políticos e filosóficos igualmente distintos.

Nesta ordem de ideias, refere-se a importância da discussão em torno dos parâmetros associados às universidades de classe mundial principalmente devido às “novas configurações no cenário mundial, advindas do processo de globalização associados ao processo de internacionalização da educação superior, têm fomentado alterações visíveis nas universidades em vários

países” (Neves *et al*, p. 2, 2023). As características das universidades de classe mundial, segundo Regina Neves, Lilian Wanderley, Lorena Silva e Manolita Lima (2023), invocando Altbach (2004), são basicamente a “excelência na pesquisa, liberdade de pesquisa, ensino e expressão, autonomia acadêmica, infraestrutura, financiamento, cosmopolitismo e diversidade, além de uma boa governança” (p. 5). Mas, os *rankings* principais, também conhecidos por *league tables*, “utilizam para as suas avaliações os indicadores básicos de produção científica e reputação, recolhidos respetivamente em bancos de dados internacionais de artigos científicos e através de pesquisas de opinião com académicos e empregadores” (p. 84, Vanz, 2018).

O Banco Mundial, em 2009, já tinha lançado um livro intitulado *The Challenge of Establishing World-Class Universities*, com o principal desiderato de dar a conhecer ao público a base para a compreensão do crescimento das universidades de classe mundial, portanto, uma obra produzida por uma organização multilateral, articulada com a Organização Mundial do Comércio, com o propósito de incluir a educação superior como serviço regulado pelo mercado internacional. Esta ideia geral, apresentada por Calderã e Rosemary (2019), reforça a tese dos resultados de um estudo comparativo sobre os rankings de Shangai e THE, realizado por Safon (2013, citado por Vanz (2018), demonstrando que existe um factor implícito aos indicadores utilizados:

Visto que mais de 73% da variância dos resultados da variância dos resultados apresentados por estes dois rankings pode ser explicada por seis factores: universidades com alta reputação, localizadas nos Estados Unidos ou em países que falam inglês, com forte dedicação à pesquisa, que tem à sua disposição orçamentos abundantes e orientadas às ciências duras.

Os *rankings* baseados em dados quantitativos enfatizam a produção científica e as citações, na medida em que “consideram o número absoluto de artigos publicados, como o Ranking de Shangai, beneficiam as universidades maiores” (Safon, 2013, citado por Vanz (2018, p. 88). De igual forma, Dudzi-

²O Times Higher Education World University Rankings (THE) foi criado em 2004, em conjunto com a uma empresa britânica, a Quacquarelli-Symonds (QS). Posteriormente separaram-se.

³O QS University Ranking é produzido pela Quacquarelli Symonds, empresa britânica especializada em educação e estudos no exterior.

⁴O Ranking de Shanghai, é produzido pelo *Center for World-Class Universities* (CWCU), da Shanghai Jiao Tong University.

⁵O Leiden Ranking é publicado todos os anos desde 2008 pelo *Centre for Science and Technology Studies* (CWTS) da Universidade de Leiden (Holanda).



ak (2015) refere que os *rankings* universitários das universidades de classe mundial apresentam metodologias quantitativas, alinhadas com as regras da globalização económica, o que “nem sempre traduz o valor do trabalho desenvolvido e a relevância da universidade para o desenvolvimento local e regional” (s.d.). O envolvimento do Banco Mundial na orientação e promoção dos *rankings* para a listagem das universidades de classe mundial é igualmente comprovado através de livros publicados, nomeadamente por Jamil Salmi, antigo funcionário marroquino que trabalhou no Banco Mundial, em Washington, D.C., entre 2006 e 2012, e que foi autor das obras “The Road to Academic Excellence: The Making of World-Class Research Universities” (Banco Mundial, 2011); e “The Tertiary Education Imperative: Knowledge, Skills and Values for Development” (Sense Publishers, 2017).

Numa outra perspetiva, qualitativa, o Leiden Ranking está alinhado com o Manifesto de Leiden para métricas que tem uma posição “crítica em relação à avaliação da investigação baseada em métricas, e não em pareceres de especialistas” (Azancot de Menezes, 2024, p. 92). Este último autor alerta para a importância das recomendações difundidas por Paul Wouters da Universidade de Leiden e Diana Hicks, investigadora do Instituto de Tecnologia da Geórgia, por terem proposto dez princípios para a avaliação do desempenho na investigação, todos eles de extrema importância e que se descrevem na íntegra, como se segue:

O primeiro princípio debruça-se sobre a importância dos avaliadores não se sentirem tentados em fundamentar as decisões apenas em números, no sentido em que os indicadores não devem substituir o juízo informado.

O segundo princípio refere a importância da coerência na avaliação da investigação no sentido de haver uma articulação entre a missão da universidade ou do grupo de investigação e os objetivos e indicadores usados para a avaliação por forma a estarem definidos de forma transparente.

O terceiro princípio menciona com relevância a proteção da investigação que é desenvolvida localmente, em partes do mundo recônditas, onde a pesquisa é publicada em outras línguas, não apenas em inglês, portanto, defende a importância da premiação da investigação de âmbito local.

O quarto princípio alerta para a importância do processo de recolha de dados, ser aberto, transparente e simples, portanto, com regras definidas de forma explícita.

O quinto princípio faz um apelo para que os avaliados possam verificar e analisar os dados, portanto, todos os investigadores devem ser capazes de analisar se os seus resultados foram corretamente identificados.

O sexto princípio refere a importância de se considerar as diferenças entre áreas no processo de avaliação porque os valores diferem por área. Ilustra-se como exemplo o caso em que as revistas melhor avaliadas em matemática terem um Factor de Impacto (FI) por volta de 3 e as melhores avaliadas em Biologia Celular terem um FI a rondar os 30, defendendo-se, por essas razões, o uso de indicadores normalizados, sendo o mais adequado o método percentual.

O sétimo princípio preconiza a importância segundo a qual a avaliação deve tomar em consideração o juízo qualitativo numa análise que recolha informações múltiplas, a experiência, as atividades do pesquisador, etc.

O oitavo princípio considera que na medida em que há ambiguidade em termos conceituais na contagem das citações, as diferenças mínimas do FI com várias casas decimais devem ser evitadas, interpretando-se esta questão como sendo uma falsa precisão.

O nono princípio refere que os indicadores podem mudar o sistema através dos estímulos que recebem e portanto deve-se tomar em consideração “os efeitos sistémicos da avaliação e dos indicadores”.

Finalmente, o décimo princípio, defende que os indicadores devem ser atualizados na medida em que a investigação e os objetivos da avaliação alteram-se e o próprio sistema de pesquisa sofre evoluções (Azancot de Menezes, 2024, p. 92-93).

Pelo exposto, verifica-se que o Leiden Ranking está alinhado com os princípios gerais de vários documentos internacionais estratégicos, tais como a Iniciativa de Budapeste sobre Acesso Aberto (BOAI), a Declaração de S. Francisco sobre Avaliação da Pesquisa (DORA), entre outros, cujos conteúdos previnem para a importância da ciência aberta, sendo muito críticos em relação às avaliações estritamente quantitativas e ao facto dos “factores de impacto das revistas científicas serem utilizados como principal parâmetro para comparar a produção científica de investigadores e de instituições de ensino superior, bem como outras métricas” (Azancot de Menezes, 2024, p. 89).



Outro factor que precisa de ser analisado e que não pode ser descurado é que os *rankings* internacionais, nomeadamente o ranking de Shangai e outros associados às universidades de classe mundial beneficiam os países anglófonos, prejudicando os pesquisadores e cientistas não-anglófonos. A académica brasileira Rita Ariza da Cruz (s.d.) também tem criticado a hegemonia linguística mundial da língua inglesa por entender que é um factor de distorção nos *rankings* e no processo de avaliação da qualidade das universidades:

O inglês tornou-se, na maior parte dos campos científicos, a língua internacional e os universitários do mundo anglófono são muito mais integrados ao circuito internacional que os homólogos dos outros blocos culturais. Consequentemente, essa classificação das universidades favoreceu claramente os países para os quais o inglês é a língua materna (p. 4).

Também Safon (2013, citado por Vanz (2018), refere que “os resultados de pesquisa publicados em outras línguas que não o inglês, são menos lidos e menos citados” (p. 88). Para além dos critérios de análise das universidades de classe mundial já referidos, os *rankings* baseiam-se na subjetividade e com rigor discutível, porquanto, é “pouco provável que alguém conheça e seja capaz de avaliar adequadamente os diferentes aspetos das universidades com diferentes perfis e espalhadas pelo mundo” (p. 86), uma opinião também defendida por Andrade (2011), citado por Vanz (2018).

Outras críticas em relação aos indicadores de avaliação das universidades de classe mundial residem no facto de alguns critérios como os prémios Nobel e Medalhas Field, habitualmente usadas pelo Ranking de Shangai, serem muito antigos, em alguns casos de quase um século, sendo as instituições de ensino superior antigas as mais favorecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno dos *rankings* internacionais seguidos pelas universidades de classe mundial permite concluir que existem *rankings* baseados em dados quantitativos, qualitativos e mistos. Como na sua maioria os parâmetros de análise são excessivamente quantitativos, são geradores de consensos e divergências. Na opinião de Enserink (2007), citado por Vanz (2018), “os rankings como os de Shangai e Leiden utilizam dados públicos e objetivos como estratégia para evitar a possível manipulação dos dados enviados pela

própria universidade e a recolha imprecisa de informações nas pesquisas de opinião com especialistas e recrutadores” (p. 87).

Um outro problema associado à utilização de critérios quantitativos relaciona-se com o facto dos indicadores bibliométricos não oferecerem consenso e não estarem suficientemente desenvolvidos para servir os *rankings*, com a agravante, conforme defende Ran (2005, citado por Vanz (2018), “de eles serem usados por pessoas que não têm competência e experiência nos estudos quantitativos da ciência” (p. 88). Uma outra desvantagem do uso exclusivo de indicadores de produção científica, segundo Bornmann (2014) e Hazelkorn (2013), citados por Vanz (2018), é que a utilização de “indicadores de produção científica gera um irrefutável preconceito por favorecer universidades fortes em pesquisa nas áreas das Ciências Naturais e Medicina, de sub-representar as universidades de Engenharia e Ciências Sociais, e ignorar, quase ou completamente, as Humanidades” (p. 88).

Atendendo à revisão de literatura e sistematizando os diversos pontos de vista, é possível retirar as seguintes ilações:

- Os *rankings* internacionais associados às universidades de classe mundial utilizam critérios similares para avaliar atividades de instituições de ensino superior muito diferentes e esta constatação gera mais divergências que consensos.
- Os *rankings* internacionais associados às universidades de classe mundial funcionam numa lógica de mercado defendida pelo Banco Mundial que funciona com uma agenda estruturada.
- Os *rankings* internacionais associados às universidades de classe mundial ignoram o facto de que as Instituições de Ensino Superior (IES) são organizações complexas e que estão localizadas em contextos nacionais diversos e baseiam o seu funcionamento em articulação com a missão, visão, valores e objetivos estratégicos, segundo os quais, para além do global, devem atender ao local, às suas necessidades demográficas, culturais e éticas de populações heterógenas (Universidade Glocal).
- Os *rankings* internacionais associados às universidades de classe mundial utilizam basicamente indicadores quantitativos que por sua vez não contemplam as dinâmicas das universidades em contexto de mudança e inovação, global e local.
- Os *rankings* internacionais associados às universidades de classe mundial não consideram que não há um modelo de avaliação único



que possa ser aplicado a todos os contextos socioeconómicos e culturais, nomeadamente dos países lusófonos, francófonos, etc.

Em síntese, invocando Gimenez e Bonacelli (2019), ao discutir os *rankings* internacionais associados às universidades de classe mundial, deve atender-se que a universidade é uma instituição multifuncional:

Ela não é uma única comunidade, mas várias – a comunidade dos alunos de graduação, dos pós-graduados, dos pós-graduandos; a comunidade dos humanistas, a comunidade dos cientistas sociais e a comunidade dos cientistas das exatas; as comunidades das escolas profissionais; a comunidade de todos os funcionários não académicos, a comunidade dos administradores. Seus limites são imprecisos – ela alcança até os ex-alunos, legisladores, agricultores, empresários, os quais se relacionam com uma ou mais dessas comunidades internas (p. 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDOFO-IGNACIO, Calderã, & ROSEMARY, Lee. (2019). O Desafio de Estabelecer Uma Universidade de Classe Mundial. *Revista Internacional de Educação Superior*. Campinas, SP, v. 7, p. e021006, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v7i0.8655153.
- AZANCOT DE MENEZES, Manuel (2024). A Investigação Científica em Timor-Leste: Ciência Aberta, Avaliação da Investigação e Estratégias Para a Cooperação Com a CPLP. *Revista Científica da UNDIL*. Centro de Investigação e Formação Avançada (CIFA).
- DUDZIAK, E.A. (2015). *Como Ser Uma Universidade de Classe Mundial*. Disponível em: <https://www.abcd.usp.br/noticias/universidade-classe-mundial-world-class-university/>.
- CRUZ, Rita (s.d.). *Universidade Classe Mundial: paradoxos de um pensamento ao mesmo tempo neoliberal e neocolonialista*. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Universidade%20Classe%20Mundial.pdf>.
- GIMENEZ, Ana Maria, & BONACELLI, Maria Beatriz (2019). Para Além dos Rankings Globais – Construindo Uma New Flagship University. *RBCS*, Vol. 34, DOI: 101/2019:e34101013.
- NEVES, Regina, & WANDERLEY, Lilian, & SILVA, Lorena, & LIMA, Manolita (2023). *Em Busca de Uma Universidade de Classe Mundial: Uma Discussão numa Instituição de Ensino Superior no Brasil*. Disponível em: https://eventos.aforges.org/wp-content/uploads/sites/63/sites/64/2023/05/16-Regina-Neves-et-al_Em-busca-de-uma-universidade-de-classe-mundial.pdf.
- THIENGO, Lara Carlette (2018). *Universidades de Classe Mundial e o Consenso Pela Excelência: Tendências Globais e Locais*. Tese de Doutorado não publicado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190910>.
- VANZ, Andréa Samile (2018). O Que Medem os Rankings Universitários Internacionais? Apontamentos Teóricos, Indicadores e Características. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 28, n. 2, 83-92, maio/ ago. DOI:10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n2.38383.